

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais — Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
 1999

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Antes de iniciar o seu exame, leia atentamente as instruções.
 Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões: Grupo I – 3 (três) questões.
 Grupo II – 1 (uma) questão.

A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.

GRUPO I**INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES****QUESTÕES 1. e 2.**

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - rigor da análise do texto;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

QUESTÃO 3.

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - mobilização adequada do conhecimento da obra;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

COTAÇÃO

1. e 2.	(2 × 25 pontos)	50 pontos
3.	(1 × 70 pontos)	70 pontos
Total do Grupo I		120 pontos

V.S.F.F.

114/1

GRUPO I

- Cada um dos textos/extractos das obras estudadas, que a seguir são apresentados, é acompanhado de três questões.
- Selecione apenas um dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que ele pertence.
- Na resposta às questões 1. e 2. deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3. deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).

DA NATUREZA, Parménides

TEXTO

«Força é que o que se pode dizer e pensar seja; pois lhe é dado ser,
e não ao que nada é. Isto te ordeno que medites.
Deste primeiro caminho de investigação, eu te afasto,
e logo daquele também, no qual vagueiam os mortais
que nada sabem, homens de duas faces. Pois a incapacidade
lhes dirige no peito a mente errante. E eles são levados,
surdos e cegos a um tempo, estupefactos, multidão sem discernimento,
que julgam que ser e não ser ora valem o mesmo,
ora não valem, e que para tudo o caminho é reversível.

Jamais poderá forçar-se a demonstração de que existe *o que não é*.
Mas nas tuas investigações afasta o espírito desta senda.
Não vá compelir-te a este caminho o costume mui experimentado,
deixar dominar olhos que não vêem, sons retumbantes
e a língua, mas julga com a razão a prova muito contestada,
aquela que eu referi. De um só caminho nos resta
falar: *do que é*.»

Frag. 6, 7 e 8, vv. 1-2, in M. Helena da Rocha Pereira,
Hélide, Coimbra, FLUC, 1990, pp. 130-131

QUESTÕES

1. Explícite o raciocínio que, no texto, leva à conclusão de que o que se pode pensar necessariamente é.
2. Justifique, com razões do texto, a condenação do caminho «no qual vagueiam os mortais que nada sabem».
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

TEXTO

«Sócrates – (...) Pois bem, Cálicles, o teu procedimento é muito semelhante ao que acabo de referir: louvas homens que fartaram os Atenienses de tudo o que estes desejavam. Diz-se que fizeram grande a cidade, mas não se vê que ela está apenas inchada, que esta grandeza que lhe criaram é uma espécie de tumor. Foi sem sabedoria e justiça que estes homens de Estado encheram a cidade de portos, estaleiros, muralhas, impostos e outras bagatelas do género. Quando, por fim, se declarar a fraqueza, hão-de acusar-se aqueles que estiverem presentes e derem conselhos, e exaltar-se-ão Temístocles, Címon e Péricles, que são afinal os verdadeiros autores do mal. Talvez então tu sejas alvo de ataques, se não te precatares, tu e o meu amigo Alcibiades, nesse momento em que as novas aquisições venham destruir os antigos bens, sem que vós sejais culpados de tal desgraça, quando muito apenas cúmplices.

Há, entretanto, uma coisa absurda que eu próprio tenho testemunhado nos dias de hoje e que, segundo oíço dizer, ocorreu também com os homens do passado. Quando a cidade chama a contas algum dos seus homens de Estado por qualquer falta cometida, vejo-o a indignar-se e a protestar contra a injustiça de que é vítima. Depois de tantos serviços prestados, diz ele invariavelmente, é injusto que o Estado promova a sua ruína. Mas isto é uma mentira de todo o tamanho! Um chefe de Estado nunca pode ser vítima inocente da cidade a que preside. Com estes homens que se dizem políticos passa-se muitas vezes o mesmo que com os sofistas. Efectivamente, estes últimos, aliás tão sábios, tomam por vezes uma atitude bem estranha: dizem-se mestres de virtude e, não obstante, acusam frequentemente os seus discípulos de não os tratarem como devem, recusando-lhes o pagamento dos seus honorários e não se mostrando gratos pelos benefícios recebidos. Haverá linguagem mais ilógica do que esta?»

518 e-519 d, Lisboa, Edições 70, 1992, pp. 200-201

QUESTÕES

1. Justifique, com razões do texto, a crítica de Sócrates aos homens de Estado louvados por Cálicles.
2. Explique, com base no texto, o paradoxo da acusação frequentemente feita pelos sofistas aos seus discípulos.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«– Na generalidade, Sócrates, a tua argumentação pareceu-me boa; mas, pelo que toca à alma, julgo que os teus pontos de vista estão longe de suscitar a adesão das pessoas. Quem nos garante, de facto, que, ao separar-se do corpo, a alma subsiste algures e não fica destruída e aniquilada no mesmo dia em que o homem morre? Quem sabe se, logo que dele se liberta e sai, não se desvanece como sopro ou fumo, evolvendo-se para não mais deixar rasto de existência? Claro que, a verificar-se a hipótese de ela subsistir algures, concentrada em si mesma e liberta desses males que mesmo há pouco enumeravas, então sim, haveria fortes e boas razões para esperar que o que dizes, Sócrates, fosse verdade! Porém, aí está uma coisa que requer talvez não pequeno esforço: persuadir e provar, nada mais nada menos, que a alma existe para além da morte e mantém, de alguma forma, o uso das suas faculdades e entendimento.

– Dizes bem, Cebes – concordou Sócrates. – Que vamos fazer então? Queres que discorramos sobre este assunto e vejamos as possibilidades que há de assim ser ou não?

– Por minha parte – replicou –, teria interesse em saber qual a tua opinião neste ponto.

– E desta vez, pelo menos – comentou Sócrates –, creio que nenhum dos que agora me escutam, fosse mesmo um poeta cómico, iria dizer que sou um fala-barato e que me ocupo de assuntos que não me dizem respeito! Se estão de acordo, passemos à discussão.

Fixemo-nos, pois, neste ponto: as almas dos que morreram vão ou não para Hades? Segundo uma velha doutrina, que já aqui lembrámos, é ali que vão ter as almas que daqui partem e aqui regressam de novo, renascendo dos mortos. Ora se isto assim é, se efectivamente os vivos renascem dos mortos, que pensar senão que as nossas almas ali se encontravam? Pois, a não ser assim, jamais haveria, creio, a possibilidade de renascerem. Se conseguirmos, pois, tornar evidente que os seres vivos provêm dos mortos e de nenhuma outra coisa, isso bastará para comprovar a verdade destas afirmações.»

69 e-70 d, Coimbra, Livraria Minerva, 1988, pp. 60-61

QUESTÕES

1. Explícite, baseando-se no texto, a tese que Sócrates pretende provar.
2. Esclareça a concepção referente ao destino das almas, presente no texto.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

TEXTO

«Quando predicamos uma coisa de outra coisa, como de um sujeito, tudo o que se predica do predicado predica-se também do sujeito, por exemplo: homem é predicado de homem individual, mas, por outro lado, também predicamos o nome animal ao termo homem, por conseguinte, podemos predicar o nome animal ao termo homem, porque um homem é ambas as coisas, homem e animal.

Quando os géneros são heterogéneos e não subordinados uns aos outros, as diferenças serão especificamente distintas. Tomemos, por exemplo, animal e sabedoria: ser pedestre e bípede, alado e aquático, são diferenças próprias do género animal, todavia nenhuma delas é diferença por sabedoria, pois um saber não se diferencia de outro saber por ser bípede. Em contrapartida, nos géneros subordinados uns aos outros, nada impede que haja as mesmas diferenças, pois os géneros superiores são predicados dos géneros inferiores, de modo que todas as diferenças de predicado serão também diferenças de sujeito.»

In *Organon*, Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p. 46

QUESTÕES

1. Esclareça o sentido da seguinte frase do texto: «Quando os géneros são heterogéneos e não subordinados uns aos outros, as diferenças serão especificamente distintas».
2. Explique, com base no texto, que a mesma coisa não pode ser diferença de dois géneros a não ser que um seja subordinado ao outro.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«AGOSTINHO – Por conseguinte, acerca das cores, certificamo-nos por meio da luz; acerca das outras realidades que sensoriamos por acção do corpo, certificamo-nos por meio dos elementos deste mundo, ou dos mesmos corpos que sensoriamos, e também dos próprios sentidos, de que a mente usa como de intérpretes para conhecer essas realidades. Quanto às realidades que inteccionamos, certificamo-nos consultando a Verdade interior por meio da razão.

Que se pode dizer, com que se manifeste que nós pelas palavras aprendemos qualquer coisa, a não ser o som que percute os ouvidos? Com efeito, todas as coisas que percebemos, ou as percebemos pelos sentidos do corpo ou pela mente. Denominamos as primeiras, sensoriais; as segundas, inteligíveis; ou, para falar à maneira dos nossos autores, denominamos carnaís, as primeiras; espirituais, as segundas. Interrogados sobre as primeiras, damos resposta, se estão diante de nós essas coisas que sensoriamos; por exemplo, quando nos perguntam, estando nós a observar a lua nova, qual é ou onde se encontra. Neste caso, se aquele que pergunta o não vê, acredita nas palavras, e muitas vezes não acredita; aprender, de modo nenhum aprende, a não ser que também ele veja o que se lhe diz. Se assim for, aprende pelas coisas mesmas e pelos sentidos, e não já pelas palavras que ressoaram, pois as palavras que ressoaram ao que não está a ver são as mesmas que ressoaram ao que está a ver.

Quando porém somos interrogados, não sobre os objectos que sensoriamos no presente, mas sobre aqueles que outrora sensoriámos, já não falamos então das próprias coisas, mas das imagens impressas em nós por elas, e confiadas à memória. Como podemos dizer verdadeiras essas coisas, estando a ver coisas falsas, ignoro-o em absoluto, se não é que narramos tê-las visto e sensoriado, e não que as vemos e sensoriamos. Trazemos assim essas imagens nos recessos da memória, como uma espécie de ensinamentos das coisas anteriormente sensoriadas e, contemplando-as no espírito, em boa consciência não mentimos quando falamos.

Esses ensinamentos porém são para nós. Efectivamente, aquele que ouve, se sensoriou e presenciou essas coisas, não as aprende pelas minhas palavras, mas ele mesmo as reconhece por meio das imagens que traz consigo. No caso porém de ainda as não ter sensoriado, quem não compreenderá que ele propriamente não aprende, mas crê nas palavras?»

*In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 113-114*

QUESTÕES

1. Distinga, recorrendo ao texto, o conhecimento das coisas sensíveis do conhecimento das coisas inteligíveis.
2. Explique, com base no texto, as limitações do valor cognitivo das palavras.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

TEXTO

«Encontraste, minha alma, o que buscavas? Buscavas Deus, e encontraste que ele é uma certa realidade suprema entre todas as outras, melhor do que a qual nada se pode pensar; e que essa realidade é a mesma vida, luz, sabedoria, bondade, eterna bem-aventurança e bem-aventurada eternidade; e que está em toda a parte e sempre. Porque, se não encontraste o teu Deus, como é que ele é isso que tu encontraste e inteleccionaste, com tão certa verdade e tão verdadeira certeza? Se porém o encontraste, porque não tens presente aos teus sentidos o que encontraste? Porque não te sente presente a minha alma, Senhor meu Deus, se te encontrou? Porventura não encontrou aquele que ela descobriu ser a luz e a verdade? Ou pôde de algum modo entender alguma coisa de ti, a não ser pela tua luz e pela tua verdade? Se portanto viu a luz e a verdade, viu-te a ti; se não te viu, não viu a luz nem a verdade. Acaso o que viu é a verdade e a luz e, apesar disso, ainda não te viu, porque te viu apenas de algum modo, mas não te viu tal como és?

Senhor meu Deus, que me formaste e reformaste, diz à minha alma anelante que coisa és mais, para além do que ela viu, para ela ver claramente o que deseja. Ela fixa-se para ver mais e nada vê para além do que viu, a não ser trevas; ou antes, não vê trevas, que nenhuma há em ti, mas vê que não pode ver mais, por causa das suas próprias trevas.

Porque sucede isto, Senhor, porque sucede? Entenebrece-se a vista da alma por enfermidade sua, ou é ofuscada pelo teu fulgor? Por certo, ela entenebrece-se em si e é ofuscada por ti. Sim, é obscurecida pela sua pequenez e afogada pela tua imensidade. Realmente ela é coarctada pela sua estreiteza e cercada pela tua vastidão. Quão grande de facto é essa luz, da qual irradia toda a verdade que brilha à mente racional! Quão vasta é essa verdade, na qual está tudo o que é verdadeiro, e fora da qual só há o nada e a falsidade! Quanto ela é imensa, que num único inspecto vê todas as coisas que foram feitas, a partir de quem e por virtude de quem e como foram feitas do nada! Quanta pureza, quanta simplicidade, quanta certeza e esplendor aí não há! Mais, evidentemente, do que é capaz de ser inteleccionado por uma criatura.»

In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 151-152

QUESTÕES

1. Explícite, com base no texto, as limitações da alma humana.
2. Esclareça a distinção, estabelecida no texto, entre «ver» e ver «apenas de algum modo» – a capacidade humana de conhecer Deus.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

V.S.F.F.

TEXTO

«Resta agora ver de que modo a essência se encontra nos acidentes, pois ficou dito como se encontra em todas as substâncias. Uma vez que, conforme se disse, a essência consiste no que se exprime pela definição, é necessário que eles tenham essência da maneira como têm definição. Ora a definição têm-na incompleta, pois não podem ser definidos, a não ser que se ponha um substantivo [isto é, um princípio a que aderem] na sua definição. Acontece isto porque eles não têm existência por si mesmos, independente do substantivo. Por outra parte, assim como da *dínase* [forma] e da matéria resulta uma existência substancial, quando se unem num composto, assim do acidente e do substantivo resulta uma existência accidental, quando o acidente sobrevém ao substantivo. Também pela mesma razão, nem a *dínase* substancial nem a matéria têm essência completa, pois na definição da *dínase* substancial é necessário pôr aquilo de que é *dínase*. Deste modo a sua definição faz-se pela adição de qualquer coisa, que está fora da sua categoria, como também sucede com a definição da *dínase* accidental. É também por isso que, ao definirem a alma, o corpo é mencionado pelos biólogos, os quais consideram a alma unicamente enquanto é *dínase* do corpo físico.

Apesar de tudo, há grande diferença entre as *dínases* substanciais e as accidentais, pois assim como a *dínase* substancial não tem por si existência independente, sem aquilo a que sobrevém, assim também [a não tem] aquilo a que ela sobrevém, que é a matéria. Por isso, da conjunção das duas resulta aquela existência em que uma realidade subsiste por si, e por elas é formado um ser uno por si. É também por isso que da conjunção delas resulta uma essência à parte. Por consequência, ainda que a *dínase* considerada em si mesma não tenha a constituição completa duma essência, é entretanto parte duma essência completa.

Em contraposição, aquilo a que sobrevém o acidente é um ser completo em si mesmo, e subsistente na sua existência, existência que precisamente precede, na ordem real, o acidente que [lhe] sobrevém. Deste modo, o acidente sobrevindo não causa, pela sua conjunção com a realidade a que sobrevém, a existência em que essa realidade subsiste, e pela qual essa realidade é um ser por si; causa no entanto uma existência subalterna, sem a qual se pode conceber que existe essa realidade subsistente, do mesmo modo que a primeira existência se pode conceber sem a subalterna. E assim, do acidente e do substantivo não resulta um ser uno por si, mas uno por acessividade.»

In Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval,
Braga, Fac. de Filosofia, 1991, pp. 235-236

QUESTÕES

1. Caracterize, apoiando-se no texto, a *dínase* substancial.
2. Explique, com base no texto, a diferença entre «as *dínases* substanciais e as accidentais».
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

TEXTO

«A terceira luz, que ilumina na investigação das verdades inteligíveis, é a luz do conhecimento filosófico, que se chama interior porque inquire as causas íntimas e ocultas das coisas, o que obtém por meio dos primeiros princípios das ciências e da verdade natural, que estão impressos naturalmente no homem. Esta luz divide-se em *racional*, *natural* e *moral*. A suficiência desta divisão é aceitável, porquanto há verdade dos discursos, verdade das coisas e verdade dos costumes. A filosofia racional considera a verdade dos discursos, a filosofia natural a verdade das coisas e a filosofia moral a verdade dos costumes. Ou, de outro modo: assim como em Deus, ser supremo, deve considerar-se a razão de causa eficiente, de causa formal ou exemplar e de causa final, porque é “causa de existir, razão de entender e norma de viver”; assim igualmente na iluminação da filosofia, visto que esta ilumina ou para se conhecerem as causas do ser, e tal é a *física*; ou as razões de entender, e tal é a *lógica*; ou a norma de viver, e tal é a *moral* ou filosofia prática. Ainda um terceiro modo: porque a luz do conhecimento filosófico ilumina a mesma faculdade intelectual, poderá realizá-lo de três maneiras: enquanto essa luz rege a faculdade motiva, e assim é *moral*; enquanto se rege a si própria, e assim é *natural*; enquanto rege a faculdade interpretativa, e assim é *discursiva*. Desta sorte, o homem fica iluminado em relação à verdade da vida, à verdade da ciência e à verdade da doutrina.

E, porque sob três modalidades quem quer que seja pode exprimir por meio do discurso o seu conceito, a saber: para comunicar o que concebeu em sua mente, para mais excitar a crer, para incitar ao amor ou ao ódio, por isso, a filosofia discursiva ou racional divide-se em *gramática*, *lógica* e *retórica*, das quais a primeira serve para exprimir, a segunda para instruir, a terceira para persuadir. A primeira considera a razão como função apreensiva, a segunda como função judicativa, a terceira como função motiva. E, porque a razão apreende por meio da congruência do discurso, julga por meio da sua verdade, move por meio da sua elegância, segue-se que esta triplice ciência deve estudar estas três propriedades acerca do discurso.»

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 24-26.

QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, por que motivo se divide a filosofia racional em gramática, lógica e retórica.
2. Justifique, recorrendo ao texto, a suficiência da divisão da terceira iluminação em racional, natural e moral.
3. Exponha o contributo do extracto para o desenvolvimento da obra.

V.S.F.F.

GRUPO II
INSTRUÇÕES, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E COTAÇÕES

- A sua resposta será classificada atendendo aos seguintes aspectos:
 - apresentação do plano organizador;
 - adequação do desenvolvimento ao plano;
 - pertinência da selecção de conhecimentos da obra para o tratamento do tema;
 - posicionamento crítico/problematizador;
 - coerência lógica do discurso;
 - utilização precisa da terminologia filosófica;
 - correcção da expressão escrita.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A inadequação da sua resposta à questão formulada implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

COTAÇÃO TOTAL DO GRUPO II: 80 PONTOS

Na sua resposta deverá:

- indicar o par obra-tema que seleccionou;
- apresentar um plano organizador;
- expor o modo como o tema é tratado na obra;
- posicionar-se de uma forma crítica/problematizadora perante o tratamento que lhe foi dado pelo autor;
- utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

COTAÇÃO

..... (1 × 80 pontos)	<u>80 pontos</u>
Total do Grupo II	80 pontos

GRUPO II**QUESTÃO**

Selecione apenas uma das obras que lhe é proposta e desenvolva o tema anexo.

OBRAS	TEMAS
PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, R. Descartes	Poder e limites da razão humana
CARTA SOBRE A TOLERÂNCIA, J. Locke	Poder político e consciência individual
DISCURSO DE METAFÍSICA, G. Leibniz	Liberdade e necessidade
FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES, I. Kant.....	Liberdade e dever
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel.....	Filosofia e religião
TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental.....	Sentido da evolução
A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche.....	Dimensão ontológica da arte
DA CERTEZA, L. Wittgenstein.....	Linguagem e realidade
ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty	Filosofia e Deus, hoje
OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell	Crença, verdade e falsidade
A PROBLEMÁTICA DA SAUDADE, Joaquim de Carvalho..	Natureza da consciência saudosa
DA ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger.....	Erro e verdade
TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur	Discurso e real

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I	120 PONTOS
GRUPO II	<u>80 PONTOS</u>
TOTAL	200 PONTOS